

Uma maldição tropical: notas sobre o devir-periferia do mundo

[1 de outubro de 2020](#) · [Thiago Canettieri](#)

Embora a modernidade tenha indicado que as promessas de futuro emanavam dos centros, o que parece estar ocorrendo é exatamente o contrário: o futuro do centro passa a ser informado pelas periferias. Um espectro ronda o mundo: o espectro da precariedade.



© CiaoHo, 2015

A inspiração para o título vem de um curta-metragem de 2016, dirigido por Luisa Marques e Darks Miranda, que explora as conexões entre dois projetos de nação forjados para o Brasil em meados do século XX: o imaginário tropical, personificado por Carmen Miranda, e o modernismo

tardio que se instaurou entre o fim dos anos 1950 e início dos 1960. Ambos os projetos representavam uma tentativa de construir uma “visão de Brasil para o mundo”. O curta, com uma montagem manipulada de material de arquivo, reescreve o que se espera de um “filme histórico”. Ele é, nas palavras de Luisa, uma “ficção científica do passado”, portanto, não mais um filme histórico, mas um filme sobre o futuro.

O interessante – e o que informa o título *Maldição tropical* – é a aparição de um fantasma ao final do filme. O “espírito” é precário, malfeito até, vestido com uma coroa de abacaxi que parece remeter a Carmen Miranda, e pode ser entendido como o elemento brasileiro que assombra o mundo. Gestado de dentro da modernidade disruptiva brasileira, esse fantasma que assombra parece ter se tornado o índice de um futuro próximo. Um espectro ronda o mundo: o espectro da precariedade.

Ora, afirmar que há uma tendência de expansão e generalização da precariedade no mundo significa afirmar um processo de *periferização do centro*? Evidentemente que sim. Se, durante muito tempo, acreditou-se – não apenas pelo *mainstream* da lógica formal, incapaz de apreender a contradição em processo, mas também por boa parte dos *marxistas críticos*¹ – que o futuro das periferias era se aproximar dos centros, hoje se vislumbra o caminho inverso.² O atual momento da reprodução do capital pode ser mais bem compreendido a partir da ideia de condição periférica, que define uma forma historicamente determinada de (i) produção social do espaço, (ii) reprodução das relações sociais de produção e (iii) dominação social. O termo designa o futuro do capital, cuja condição periférica seria a forma mais avançada.

O horizonte do centro é tornar-se uma periferia. As complicações em sustentar uma afirmação desse tipo geraram algumas críticas. A primeira delas lembra que centro e periferia são categorias relacionais. Durante muito tempo, as expressões serviram para definir as diferenças entre os espaços. Tais distinções, contudo, estão sendo esmagadas pelos efeitos de

uma crise sem precedentes, o que chama a atenção ao processo tendencial no qual o centro se converte em periferia. Por que insistir, então, nessas categorias? É preciso expor o estado paradoxal para apreender a realidade. Centro e periferia são categorias relacionais, mas aqui, quando se fala de um “devir-periferia do mundo”, deve-se levar a sério, às últimas consequências, o caráter paradoxal da periferização.³ Esse “tornar tudo periferia”, pelo menos virtualmente, revela um momento de verdade das formas sociais do capital, inscrito em seu núcleo. Em outras palavras: a condição periférica é, portanto, o núcleo do capital, e, implicação dessa linha de raciocínio, tem-se uma dialética centro-periferia revisitada, em que a periferia se metamorfoseia para a posição que o centro ocupava. A periferia, marcada pela precariedade, parece indicar o futuro próximo do centro.⁴

Assumindo-se a sugestão de que, se, antes, o centro era o horizonte de expectativa da periferia, e que, agora, o inverso ocorre, uma segunda crítica pode surgir. Se há tanta diferença entre os espaços, como a distinção objetiva entre uma favela e um bairro de classe nobre, o que ainda justifica a validade da distinção entre centro e periferia? As evidências empíricas, claramente, não são possíveis de se ignorar.⁵ É indubitável que haja ainda lugares preservados do efeito de tal periferização, como se cobertos por uma redoma protetiva. Entretanto, existem elementos suficientes para se dizer que há também uma expansão das experiências que, antes, eram próprias da periferia – mesmo que tal tendência não se imponha objetivamente em escala mundial de uma só vez. O devir-periferia do mundo se deixa entrever apenas como tendência, e, claro, não se trata de uma tendência contínua, mas descontínua no tempo, com forças contra-atuantes. De todo modo, podem-se observar com alguma antecedência seus desdobramentos, na medida em que, atualmente, quando o desenvolvimento das forças produtivas torna anacrônica a forma de dominação imbuída na produção imediata de mercadorias, a contradição do capital desponta como relação de limite para si mesmo e se coloca a nova condição do presente.

Por fim, uma terceira crítica encontra, neste cenário ruiforme, combustível para manter acesa a chama da esperança. Ledo engano. Existe uma expressiva parcela dos “críticos de plantão” – lotados nos gabinetes universitários ou montados em carros de som – que crê, mesmo inconscientemente, na fórmula “quanto pior, melhor” e enxerga no crescimento alarmante das situações de precariedade o prenúncio de uma transformação da ordem. Essa crença vem de uma literatura crítica que compreendeu mal o que significa dialética e incorre no erro de hipóstase positiva das condições mais perversas. Infelizmente, a situação em que nos encontramos não vai se transformar como num golpe de mágica que converta precariedade em emancipação.



© CiaoHo, 2015

O argumento aqui é relativamente simples – e não é necessariamente uma novidade:⁶ o horizonte de expectativas do centro é diretamente informado pelo espaço de experiência da periferia. O historiador alemão Reinhart Koselleck⁷ mobiliza os dois termos (*horizonte de expectativas* e *espaço de*

experiência) em sua interpretação da semântica histórica para entender como a experiência subjetiva do tempo se alterou com a modernidade. Enquanto a experiência do tempo pré-moderna é marcada pela coincidência constitutiva entre ambos – isso é, o horizonte de expectativas é diretamente informado pelo espaço de experiência –, a experiência propriamente moderna se caracteriza por um alargamento do horizonte de expectativas que, ao incorporar a ideia de progresso da modernidade, parece se distanciar do espaço de experiência para se sustentar na perspectiva de um *futuro sempre em ascensão*. Foi esse o espírito moderno que conformou boa parte da experiência periférica.⁸

Contudo, como destaca o diagnóstico de Paulo Arantes,⁹ o mundo hoje se encontra em um momento de encurtamento do horizonte de expectativas. Com toda a certeza, “o progresso já viu dias melhores” – escreve Hans Magnus Enzensberger¹⁰ –, e não é mais o combustível para o futuro. Em vez disso, a “máquina histórica moderna [...] agora parece girar em falso, superaquecer e esvaziar as promessas”.¹¹ Esse alarme de incêndio já soava no começo do século XX, e não passou despercebido para Walter Benjamin.¹² Finda a Primeira Guerra Mundial, que, no discurso oficial dos políticos da época, “acabaria com todas as guerras”, Benjamin já observava os danos na experiência subjetiva. E, mesmo que, em menos de duas décadas, o mundo se veria nas garras do fascismo, os ideólogos do progresso notavam apenas desvios num futuro inexoravelmente otimista. Essa versão legitimadora do progresso teve que se haver com um fato que, conforme sugere Paulo Arantes,¹³ se tornou incontornável: “aviso aos navegantes: *end of dreams*, portanto. Ora, fazia algum tempo [...] que o horizonte do mundo vinha encolhendo”. As promessas de desenvolvimento e progresso colocadas pela ordem hegemônica do capital foram estranguladas por uma economia sitiada pela crise permanente. Essa situação de emergência levou o mundo a ruir sobre a cabeça dos indivíduos que tentam sobreviver nesta sociedade transtornada. Embora a modernidade tenha se alicerçado num entendimento de que as determinações que indicavam as promessas de futuro emanavam dos

centros – mesmo que contraditórias e profundamente desiguais –, o que parece estar ocorrendo é exatamente o contrário: o futuro do centro passa a ser informado pelas periferias. Tal qual um cerco, as primeiras comprimem o segundo, esmagam-no e transformam-no em espaços que compartilham de suas características.

Trata-se de uma mudança da geografia histórica da modernidade. O sinal desse impulso civilizatório parece ter sido trocado. Não são as periferias que estão atrasadas, sempre correndo atrás da história, mas, ao contrário: elas não só experimentam primeiro os processos sociais, mas indicam os processos sociais que constituem o núcleo da *reprodução crítica do capital*. É nas periferias que se expõe com maior clareza as raízes da reprodução do capital. Com o desenrolar de suas contradições, o capital – que, durante muito tempo, aparecera como ondas irradiando dos centros – apresenta hoje uma inflexão de sua planetarização e a consolidação do mercado mundial. Assim, a imagem do futuro não pode ser outra, exceto a da periferia que se generaliza por todo o mundo.

Não são as periferias que estão atrasadas, sempre correndo atrás da história, mas, ao contrário, não só experimentam primeiro os processos sociais, mas indicam os processos sociais que constituem o núcleo da reprodução crítica do capital.

Essas práticas sociais da periferia, espaços de exploração que a acumulação do capital criou e preservou visando a sustentar sua própria lógica, se relacionam com o intenso processo de espoliação a que historicamente estiveram sujeitos seus habitantes. Entretanto, embora sejam espaços integrados à acumulação de capital, as periferias se mantinham às margens dessa acumulação – ou, pode-se dizer, mantinham-se em uma integração negativa, na qual fazem parte da totalidade social somente na medida em que estão excluídas desse todo. Essa situação ambígua organizou práticas sociais específicas. A reprodução material das vidas periféricas, sujeitas ao

poder estatal violento e expostas a toda forma de espoliação, teve de se haver com circuitos próprios.

O filme brasileiro *No coração do mundo* (Gabriel Martins e Maurílio Martins, 2019) talvez ilustre uma dessas situações. A obra retrata um bairro pobre e decadente, próximo a Belo Horizonte, e tem como foco a vida de jovens periféricos. Em toda a narrativa do filme, percebe-se certa parestesia, um marasmo diante de uma situação de pauperização. O personagem principal, Marcos (Leo Pyrata), sobrevive consumindo drogas na casa de sua mãe, entre bicos e pequenos delitos. Sua namorada, Ana (Kelly Crifer), insatisfeita trabalhando como cobradora de ônibus, sonha com um emprego melhor, mas sempre adia a decisão de “mudar de vida”. Marcos reencontra uma velha amiga, Selma (Grace Passo), que lhe consegue um bico, também sem perspectiva, fotografando crianças, até que Selma arruma “uma fita”, um assalto em que se envolve com Marcos e Ana. A trama já é conhecida – o filme argentino de 1998 *Pizza, cerveja, cigarro* (Adrián Caetano e Bruno Stagnaro) tem um enredo muito parecido: a vida na periferia, sem perspectivas de melhora, é um atrator para o mundo do crime, que não deixa de carregar muitos riscos, como é bem demonstrado em ambas as produções.

Gabriel Feltran é um antropólogo que estuda as periferias de São Paulo.¹⁴ O autor percebe a expansão do mundo do crime como uma referência social nas periferias. Pode-se identificar uma radical transformação: o que funcionava como pilar fundante da dinâmica social das periferias em seu período de formação, nas décadas de 1970 e 1980, ruiu. As periferias eram um espaço de relações sociais estruturadas pela categoria trabalho, pelas ações coletivas populares, pela dominância da moral católica, pela centralidade da família e pela perspectiva de ascensão social da família. Todas essas esferas mantinham a coesão interna desses ambientes e se confrontavam com o mundo do crime. Entretanto, atravessa-se um momento de crise – crise do emprego formal, do trabalho, do catolicismo, do projeto de ascensão social, bem como dos movimentos sociais –, dentro

da qual o modo de vida dos jovens foi conformado: o trabalho é incerto, e, quando há, é precário.

Atravessa-se um momento de crise – crise do emprego formal, do trabalho, do catolicismo, do projeto de ascensão social, bem como dos movimentos sociais –, dentro da qual o modo de vida dos jovens foi conformado: o trabalho é incerto, e, quando há, é precário.

Evidentemente, Feltran não está sugerindo, de maneira leviana, que, depois da extinção da figura do trabalhador, todos nas periferias urbanas de São Paulo se tornaram bandidos. Seu argumento é que, apesar dos matizes (que vão de um pai de família que abomina o tráfico ao próprio tráfico enquanto tal), a figura do bandido cumpre, atualmente, a função de coesão social. As gerações dos nascidos entre 1990 e 2000 já não esperam ser operários; seus arranjos familiares e percursos de vida não “permitem” essa expectativa, pois, se houve um crescimento do acesso à infraestrutura urbana, à escolaridade e à capacidade de consumo, isso ocorreu de maneira profundamente desigual. Feltran se interessa por essa zona de fronteira que marca a dissolução de um modo de vida dos trabalhadores para a constituição de um novo. O projeto de ascensão torna-se menos realizável, e, sobretudo, individualizado – há que se misturar empreendedorismo com viração.¹⁵ Essa situação tem legitimado as saídas armadas e ilícitas que se constituem na periferia.

Não é surpresa alguma o crescimento do discurso protofascista promovido por aqueles que, ainda dentro de alguma redoma de proteção dos direitos, acuados com o “assustador crescimento do mundo do crime”, clamam por mais repressão policial. Rapidamente, o poder militar do Estado faz chover fogo e chumbo sobre as periferias – forma eficiente de controlar a “nova classe perigosa”. A militarização das periferias é uma forma de gestão da população. Em *Cidades sitiadas*, o geógrafo Stephan Graham cartografou e descreveu um novo tipo de urbanismo, o militar, que ganha escala inédita

nas periferias.¹⁶ Execuções sumárias por grupos policiais à margem da lei, como os milicianos que ora se arvoraram ao governo federal, e toda forma de coação são frequentes na prática policial. Sobre isso, é fundamental conferir a dissertação de Marielle Franco sobre o processo de “pacificação” (entre várias aspas) por meio das UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora) nas favelas do Rio de Janeiro.¹⁷ Essa é a “política” para as periferias: pacificação por militarização.

A violência se torna o princípio gestor da vida social em frangalhos, e podemos entender por que polícias militares de todo o país saem dos porões da ditadura como um corpo técnico eficiente em matar, torturar, fazer desaparecer, intimidar. São operadores do trabalho sujo de gestão social da barbárie, cujo laboratório foi o Rio de Janeiro. Alguns números podem ser suficientes para se entender: em 30 anos, o contingente de soldados quase triplicou, de 23 mil em 1980 para 60 mil (a população cresceu num ritmo muito mais modesto). Aumentaram também o número de operações, o número de mortes de policiais e o número de civis mortos pela polícia. Em 2018, a segurança pública do Rio de Janeiro recebeu a cifra de 12 bilhões de reais, maior que as receitas relativas às áreas de saúde, assistência social, saneamento, habitação, trabalho e cultura somadas. O número de homicídios no Brasil só cresce, apenas os notificados passaram de 11.194 em 1978 para 41.138 em 1998, e para assustadores 59.128 em 2018. A taxa de homicídios brasileira é quase cinco vezes maior que a média mundial. E os homicídios entre jovens negros são quase três vezes maiores do que entre os brancos. Outra imagem da barbárie: o encarceramento em massa. Em 1990, o número de presos era de aproximadamente 90 mil. Em 2018, alcança-se a marca de 800 mil presos.¹⁸

Outra “força”, lembra Roberto Schwarz,¹⁹ que passa a incidir na gestão do social em pedaços nas periferias é a Igreja, sobretudo a evangélica de caráter neopentecostal. Quando o que há de sólido se desmancha no ar, não surpreende a *ressurreição* do discurso religioso. Se, no plano

imane, as coisas vão mal, busca-se suporte transcendental no reino cinzento da religião. A promessa de que a razão humana, por meio da ciência, da tecnologia e do progresso poderia, por si só, independentemente de Deus, melhorar a vida humana na terra não vingou. O retorno à religião só pode ser compreendido como uma regressão causada pela experiência do fracasso da modernidade. Contudo, esse movimento não se dá em quaisquer termos. Há, como lembra William Connolly,²⁰ uma ressonância entre o crescente movimento evangélico e o atual estado do capitalismo. O pentecostalismo fundamentalista é, segundo Jean Comaroff,²¹ “a forma de vida religiosa que se mostrou mais adaptada à situação social atual”. Essa forma de vida religiosa é pautada por um discurso *espetacular* que mistura um amplo uso midiático, um apelo emocionalmente sensacionalista e uma abordagem francamente “materialista” da fé. A teologia da prosperidade fundamenta a constante precarização do trabalho, e os indivíduos que acreditam na agência de um ser superior continuam a esperar a solução do plano divino. Poderíamos falar que a ética neopentecostal está colada ao espírito decadente do capitalismo.

A precariedade da periferia, elevada até ponto de fratura, deixa de ser combatida e passa a ser administrada. Diante do cenário de catástrofe permanente, o horizonte de superação da pobreza saiu de cena, porque apenas administrá-la parece possível. É dentro desse recorte que Marildo Menegat desenvolve a ideia de *gestão da barbárie*.²² Um cenário de escombros em que, como Sísifo, tudo o que se pode fazer é colocar escoras aqui e acolá. Segundo o autor, isso foi feito a partir do desenho de um verdadeiro “arsenal” – porque a gestão também envolve a mobilização das forças militares – de políticas públicas de assistência social (algumas, é claro, mais esdrúxulas que outras). O fundamental é perceber que tais políticas sociais passam a ser concebidas como inteiramente subordinadas única e exclusivamente à esfera econômica.

A precariedade da periferia, elevada até ponto de fratura, deixa

de ser combatida e passa a ser administrada.

A explosão do número de Organizações não governamentais também representa uma forma de gestão do social em frangalhos. Resultado das progressivas ondas de neoliberalização e crises combinadas que levaram à *desresponsabilização* do Estado no provimento de serviços sociais, as ONGs – uma nova estrutura de reprodução precária de força de trabalho que compensa o salário baixo com uma compensação egoica de filantropia – passam a preencher a lacuna da assistência social.²³ Muitas vezes, elas prestam trabalhos tão precários quanto os do Estado decadente: como não lembrar da ONG Uerê, do Rio de Janeiro, que, diante dos voos de helicópteros que atiram à revelia, não pode fazer nada exceto colocar uma placa: “ESCOLA, NÃO ATIRE!”

Como diria Paulo Arantes,²⁴ trata-se de adotar uma fraseologia gerencial-cidadã capaz de *transferir* as responsabilidades do *welfare* para *fora do Estado*. Esse, agora, deve se concentrar em ser um “Estado atuante”, no jargão do Banco Mundial – um parceiro do capitalismo globalizado. Os excluídos se tornam *administrados* por “parceiros selecionados na sociedade civil”, algo que se baseia, como não poderia deixar de ser, num trabalho em “regime de subcontratação múltipla de funções que o Estado não considera mais exclusivas suas”.²⁵ Os agentes não governamentais estão lá – motivados por um sentimento de benevolência civil nada contraditório com a era do narcisismo de massas – para colocar as escoras no *espaço público*, desertado de vez pelo poder estatal, que parece ter percebido que sua capacidade de regulação social enfim se esgotou.

Ouvindo os lamentos bem-intencionados dos novos administradores do colapso social, a oferta de “serviços” das ONG é bastante inferior às demandas colocadas pela periferia diante do colapso em movimento. Mesmo com o esforço “gerencial-cidadão”, muitos dos naufragos sociais ainda *sobram*. Para estes, uma saída possível é acreditar piamente na doutrina neoliberal e se arriscar nas águas turbulentas do *mercado* para se

tornarem *self-made men*,²⁶ como uma horda de Ulisses precários enfrentando cada qual sua Odisseia particular.

É nesse registro que devemos pensar o fenômeno do empreendedorismo e seu efeito na docilização dos corpos precarizados. O que devem fazer é “tentar a sorte” para continuar integrando o núcleo da sociabilidade capitalista, mesmo que decadente, por meio do consumo de mercadorias. Multiplicam-se as formas: tornar-se empresário, jogador de futebol, artista. Para que o sonho continue funcionando, é preciso se utilizar de mil manobras ideológicas, de uma boa dose de propaganda, de um tanto de assistencialismo pateticamente vitoriano de apresentadores televisivos, e, claro, de crédito – muito crédito. Na verdade, sem esse “ingrediente secreto”, o circuito nunca se completaria. O endividamento das periferias tem a função essencial de dar uma nova “coesão social” para a sociedade depois do desmonte do trabalho – é uma eficiente forma de dominação social.

Daniel Manzione Giavarotti nota que são as gerações dos mais jovens, nascidos entre os anos 1990 e 2000, que mais se endividam procurando alcançar o sonho de empreender.²⁷ A inclusão financeira desses indivíduos é coerente com a gradual dessubstancialização do capital e faz girar um enorme sistema da dívida por cujas engrenagens esses jovens são os primeiros moídos. Não se trata de uma “anomalia da formação social”. O constante movimento de “abertura e falência” desses microempreendimentos, repetidos à exaustão e detalhados por Giavarotti, indicam a natureza da sociabilidade a ponto de fratura: a vida social em frangalhos, que ganha sempre um novo último fôlego pela injeção de capital fictício na reprodução social, consolida o caráter unidimensional da racionalidade competitiva – infinitas e constantes tentativas de *empreender a qualquer custo* em uma situação na qual a concorrência se tornou agudíssima.



© CiaoHo, 2015

O enfraquecimento do estatuto do trabalho produz a explosão da informalidade, e boa parte das práticas que sustentam a vida cotidiana nas periferias são “saídas de emergência”. Chico de Oliveira, em *O ornitorrinco* (Boitempo, 2003), analisa os contos que configuram o mundo do trabalho contemporâneo: flexibilidade total, desobrigação de empresas e empregadores e drástica redução dos direitos. Essas características são constitutivas do mercado de trabalho brasileiro, que só pode se estabelecer preservando uma enorme massa estrutural de “inempregáveis”, o que joga os custos do trabalho no chão.

Para se reproduzirem materialmente, esses “inempregáveis” se valem de todo tipo de expediente e incorporam, para a expansão da modernidade capitalista na periferia do sistema-mundo, práticas propriamente “não modernas e não capitalistas”.²⁸ As novas formas do trabalho que tornam os rendimentos efêmeros exigem várias e inevitáveis estratégias de viração.²⁹ De bicos intermitentes a institucionalização coagida ou forçada, de uma

ação criminosa arriscada a uma tentativa precária de empreendedorismo. Todas são “saídas de emergência”, e, para continuar no jogo, esses indivíduos têm “que se debater para sobreviver”.³⁰ Não há mais emprego, não há mais segurança, não há mais cidadania. Tudo é viração, o malabarismo constante para continuar no jogo.

Essa condição periférica é derivada do estado fungível e supérfluo da vida dos pobres vinculado às determinações da acumulação de capital. À margem da reprodução propriamente moderna, outras formas de reprodução do social precisaram ser organizadas para tornar possível a reprodução material dessas vidas marcadas por precariedades e vulnerabilidades recorrentes. Na verdade, é exatamente por estarem à margem, sujeitas a essa reprodução precária, que são funcionais à dinâmica do capital nos países periféricos. O que interessa notar aqui é como a condição periférica, entendida como a estrutura necessária do capitalismo em determinados territórios, se transforma em regra geral à medida que sua crise interna se torna mais e mais candente. A forma-periferia se torna critério da sociabilidade à proporção que a forma-trabalho se torna caduca diante do próprio desenvolvimento normal das contradições do capital. Trata-se, portanto, de um verdadeiro *devir-periferia do mundo*.

À margem da reprodução propriamente moderna, outras formas de reprodução do social precisaram ser organizadas para tornar possível a reprodução material dessas vidas marcadas por precariedades e vulnerabilidades recorrentes. Na verdade, é exatamente por estarem à margem, sujeitas a essa reprodução precária, que são funcionais à dinâmica do capital nos países periféricos.

Há diagnósticos elaborados por autores de diferentes correntes teóricas que indicam essa tendência de periferização do mundo, mesmo que não a

abordem com essas palavras. Por exemplo, um dos mais recentes é um texto sobre a crise migratória vivenciada pela Europa em que Slavoj Žižek sugere que a principal contradição do capitalismo globalizado contemporâneo não é necessariamente entre a classe dos detentores dos meios de produção e a classe dos trabalhadores, mas entre aqueles que ainda estão protegidos na redoma de um mundo “civilizado” e os que estão excluídos dela, reduzidos a uma vida nua.³¹ O problema, sugere o filósofo esloveno, é que, quando os excluídos entram nessa redoma do mundo “civilizado”, esse deixa de existir. Evidentemente, os imigrantes não são o que atrapalha o desenvolvimento de uma civilidade; em vez disso, o ponto que interessa a Žižek é que eles carregam o antagonismo social para dentro dessa redoma, e, assim, a implodem.

O argumento de Žižek é muito semelhante ao de Herbert Böttcher na avaliação do ano de 2017 da revista alemã “Exit!”.³² Böttcher tem chamado atenção para a expansão da pobreza e da insegurança social em seu país, a Alemanha, e nos seus vizinhos, e para sua relação com a explosão da crise dos refugiados. As duas interpretações ilustram a situação de planetarização da crise, na qual aqueles que experimentam as precárias condições de vida em países subdesenvolvidos vão tentar a sorte na Europa. Exatamente por essa “pressão” externa e pela falta de estruturas para acolher os migrantes, eles reproduzem “no centro” a forma de vida própria da periferia. Contudo, essa *condição periférica* vai mais além do que a chegada de corpos periféricos aos espaços dos países centrais.

Não se trata mais daquilo que Stephan Lessenich, em *Neben uns die Sintflut* (Hanser Berlin, 2016) (*Ao lado de nós, o dilúvio*), chamou de *sociedade de externalização*. Seu argumento é que o Ocidente (e Lessenich, como alemão, se inclui nele usando a primeira pessoa do plural) vai bem, porque a maioria das pessoas em outros lugares – em especial no chamado Sul Global – vai mal. Os impactos sociais, ecológicos e financeiros que a lógica do desenvolvimento do capital e da valorização do valor criam são sistematicamente “terceirizados” para as periferias.

Diferentemente do que afirma Lessenich, com a crise do capital, também a capacidade de externalização desses centros entra em crise. Dessa maneira, não seria equivocado alegar um anacronismo no modo como o diagnóstico do autor considera a externalização um processo que vai exclusivamente dos centros capitalistas em direção às periferias. Negligencia-se que o desenvolvimento da contradição do valor emperra e interrompe a externalização. Quais as consequências disso? Os impactos sociais, ecológicos e financeiros elencados pelo autor tendem, cada vez mais, a se tornarem “domésticos”.

O filósofo Achille Mbembe, observando a situação do capitalismo contemporâneo, de corte neoliberal e totalitário, evidencia a formação de uma condição específica, marcada pela descartabilidade, não apenas institucionalizada como padrão de vida, mas generalizada: a condição do negro se torna o futuro de todos – o que autoriza o pensador camaronês a sugerir o “devir-negro do mundo”.³³ Jean e John Comaroff deixam clara a perspectiva que pretendem abordar logo no título do artigo, *How Euro-America is evolving toward Africa* (Routledge, 2011) (Como a euroamérica está se desenvolvendo em direção à África).

O que queremos sugerir, além disso, é que os processos históricos mundiais contemporâneos estão alterando as geografias da relação centro-periferia tal como a recebemos, realocando para o Sul não apenas alguns dos mais inovadores e energéticos modos de produzir valor, mas a força motriz do capitalismo contemporâneo, tanto como formação material quanto cultural.³⁴ Segundo os autores, ao prefigurar o futuro dos centros decadentes, as periferias tendem a “sentir” primeiro os efeitos concretos dos processos mundiais. Não faltariam exemplos de como têm aumentado o desemprego, a precariedade laboral, a população em situação de rua. Os serviços públicos se tornam cada vez mais escassos; as formas políticas tradicionais, mais eclipsadas; a ação violenta e arbitrária das polícias, mais comum; e os sistemas jurídicos, mais enviesados, como a jurisprudência da África.³⁵

Na mesma direção, Paulo Arantes, no arguto ensaio “*A fratura brasileira do mundo*” (em *Zero à esquerda* (Conrad, 2014)), desenvolve a hipótese, primeiramente apresentada por Ulrich Beck, de uma brasilianização da sociedade capitalista. O poço das polaridades sociais no capitalismo contemporâneo se aprofunda de tal maneira que se assemelha à organização social de países periféricos, sobretudo do Brasil. A periferia se torna o critério para o universal da modernidade. Avança a precariedade, avança a violência, avança o desemprego. Em suma, avança a condição periférica: “este estado de emergência estendeu-se desde a periferia até ao centro”.³⁶ O fenômeno é este, sintetizado nas palavras de Paulo Arantes: “o centro orgânico do sistema [...] também começou a se periferizar com a contínua implosão da sociedade do trabalho”.

Muitos estudiosos começam a mostrar sinais dos efeitos da crise nos países centrais – e as aproximações com a periferia são evidentes. É o caso do livro de Guy Standing, que analisa a expansão do “precariado” na Europa,³⁷ e de Emma Fraser, que apresenta o que chama de “etnografia de ruína”, quando descreve o estado de decadência e precariedade de Detroit, nos Estados Unidos.³⁸ De maneira similar, Christophe Guilluy revela os efeitos da globalização do capital na França – como o aumento do desemprego e do subemprego, a marginalização e a insegurança social, assim como o número de expulsões forçadas –, que o levaram a chamar atenção para a *France Périphérique*.³⁹ Por fim, Oliver Nachtwey abalou a opinião pública ao demonstrar o declínio social em curso em seu país, resultado da crise de 2008, que transformou a Alemanha, “o coração da Europa”, em um cenário de ruptura social, porque dissolveu o horizonte de um trabalho estável e digno.⁴⁰ Todos esses autores apontam à nova convergência perversa do mundo e ao modo por meio do qual as condições da reprodução da vida se degradam a tal ponto que a vida periférica se torna o critério final.

É nessas condições que se deve compreender a proposta de Ladj Ly com o filme *Les Misérables* (2019), uma espécie de versão atualizada do drama de

Victor Hugo, publicado em 1862. O filme, apesar da narrativa acelerada, não é apenas mais um *thriller* policial, recorrente nos filmes de Hollywood que exploram as tênues fronteiras entre a prática policial e o mundo do crime, mas uma temática social subjaz a sua trama. Como não raro costuma acontecer, à margem da narrativa está o argumento mais interessante.

A primeira grande diferença entre o filme e a obra de Victor Hugo diz respeito ao modo como se acreditava que a situação dos miseráveis do século XIX seria superada pela socialização do trabalho. A grande revolta retratada do filme é inflamada com o fechamento dos Ateliês Nacionais, local de trabalho para muitos dos desempregados da metade do século XIX. Entretanto, a própria racionalidade contraditória do capital produz seu limite interno absoluto: se ele só pode existir como uma forma de exploração da força de trabalho, sua existência pode continuar apenas na medida em que expulsa força de trabalho dos circuitos produtivos. Eis sua contradição. Essa eliminação sumária de postos de trabalho produz *nouveaux misérables*, inempregáveis, estruturalmente supérfluos à acumulação, e, portanto, fora dos marcos da sociabilidade.

O interessante é que o filme não encerra por aí, o que já seria um tremendo diagnóstico social. Em vez disso, explora as formas “informais” que surgem para a administração do social em pedaços. Há o autoproclamado La Meire, que organiza a vida social dos conjuntos habitacionais; o traficante Sovinas; os religiosos, como Salah; até a polícia, que age completamente à revelia da lei. Todas essas forças são convocadas para dar alguma coesão a algo em pleno colapso. No filme, mostram-se outras formas de gestão informal que não passam pela legalidade ou pela institucionalidade: o mundo do crime, o uso militarizado da força estatal, a esfera religiosa e a política não-institucional (baseada ou não em relações de força e mando). Essas “forças” nada mais são que escoras que apoiam o desabamento da sociedade salarial.

Em 2001, o arquiteto Rem Koolhaas, olhando para a capital da Nigéria, a Cidade de Lagos, intrigado pela sobrevivência dos miseráveis naquela situação e pela inventividade mobilizada pelos pobres diabos habitantes da cidade-favela, disse: “Lagos é o paradigma do futuro para as cidades de todo o mundo”.⁴¹ Koolhaas vê tais respostas experimentais como criadoras de sistemas alternativos críticos engenhosos, um tipo de auto-organização criando intensas zonas emancipatórias”. Claro que Koolhaas não olhava a partir de uma perspectiva crítica o que poderia significar esse diagnóstico. Ele está certo em sugerir que o futuro de todo o mundo é a cidade de Lagos, mas não pelos motivos que esperava. No artigo *Slumdog cities (Cidades Faveladas)*, de Ananya Roy, aparece uma crítica a Koolhaas, que se apaixonaria pela “inventividade de seus moradores enquanto eles sobrevivem à labuta da megacidade”.⁴² Ananya Roy rejeita uma interpretação otimista das favelas que deseje encontrar uma autonomia fetichizada e acabe por legitimar, sob alcunhas também fetichizadas – “experimentação econômica” ou “novos mundos econômicos” –, ambientes de precariedade e miséria.



© *CiaoHo*, 2015

Há um romance, pouco conhecido no Brasil, que pode servir como boa ilustração. *The good life elsewhere (A vida boa alhures)*, do moldávio Vladimir Lorchenkov (New Vessel Press, 2003), conta a história ficcional de um grupo de conterrâneos do autor tentando emigrar para a Europa ocidental. A situação do país – precariedade, ausência de serviços públicos e desemprego – os havia forçado a emigrar. Lorchenkov narra as várias maneiras pelas quais seus personagens improvisam fugas em direção ao centro, e a história segue com a persistência deles em alcançar o objetivo. Em um momento da história, entretanto, o grupo se divide. Parte consegue chegar à Itália, onde esperava encontrar, nesse *outro lugar*, uma *boa vida*, parte acaba retornando à Moldávia. Há, no final dessa desventura, uma inversão: aqueles que chegam à Itália pensam ainda estar na Moldávia, e os que voltaram para a terra natal acreditam ter chegado à Itália. O que o livro de Lorchenkov demonstra não é exatamente um processo em que se produz a *indistinção* entre centro e periferia? Não como superação da forma-periferia, mas como sua generalização.

A forma-periferia é uma forma social historicamente determinada que ganha o mundo como base da produção social do espaço⁴³ em um momento de crise interna e absoluta do capital.⁴⁴ A *condição periférica* é, simultaneamente, a *característica que designa uma forma social que sempre esteve presente e uma tendência que se coloca para todo o mundo*. Vale interrogarmo-nos quanto às causas desse processo. É preciso compreender como Karl Marx, ainda no século XIX, pôde desvendar o “segredo do capital”. Marx descreve o capital como um movimento automático e tautológico, um fim em si mesmo: “o ciclo dinheiro-mercadoria-dinheiro parte do extremo do dinheiro e volta, finalmente, ao mesmo extremo”.⁴⁵ O motivo para esse movimento é tão somente a acumulação, o que o obriga a ser um sistema expansivo.

Em sua descoberta da mais-valia e da exploração do trabalho sob o

comando do capital, Marx vislumbra duas possibilidades para que o imperativo da acumulação expansiva possa ocorrer. A primeira é o que chama de *mais-valor absoluto*, a expansão da jornada de trabalho e do tempo de trabalho excedente como tempo de trabalho necessário, a parcela da jornada de trabalho que corresponde aos custos de reprodução do trabalhador, permanece inalterada. Contudo, esse estratagema tem um limite objetivo: não se pode estender a jornada de trabalho a limites que tornariam impossível a apropriação do tempo de trabalho no dia seguinte.

A segunda saída é o que denominou mais-valor relativo: os trabalhadores produzem mais mercadorias em menos tempo, reduzem o tempo de trabalho necessário e, por consequência, ampliam o tempo de trabalho excedente. Porque pode se expandir de maneira indefinida, Marx situa na forma do mais-valor relativo a verdadeira universalização do capital. Todavia, isso instaura uma contradição interna – ao mesmo tempo em que se desenvolvem as forças produtivas, visando a aumentar a produtividade do trabalho por meio da automação progressiva, tem-se a progressiva a eliminação do trabalho vivo. Essa tendência – que Marx previu no século XIX, quando percebeu o desenvolvimento de grandes indústrias no período – atingiu proporções inéditas com a Quarta Revolução Industrial, na segunda metade do século XX.

A revolução na microeletrônica, na robótica, na programação e na automação elimina o trabalho. Isto significa, como demonstra Aaron Benanav, que a população tem menos emprego.⁴⁶ É uma tendência inerente ao próprio desenvolvimento do capital – Fredric Jameson chegou a afirmar que *O capital* é um livro, antes de mais nada, sobre o desemprego.⁴⁷ O capital, como movimento cego, orienta-se para a acumulação de riqueza material *ad infinitum*. Entretanto, porque busca ampliar o tempo de trabalho excedente às custas da eliminação do trabalho no circuito produtivo, esse movimento faz com que o desenvolvimento contraditório dos meios de produção crie um anacronismo em relação à forma social. Não se trata apenas de um *diagnóstico sociológico*: esse

metabolismo social em contradição deve se valer das inovações produtivas e tecnológicas, mas só pode fazê-lo na medida em que reorganiza a composição orgânica do capital, e, assim, coloca em curso a tendência ao decréscimo da taxa de lucro.

As formas de sociabilidade, de formação da identidade e de reconhecimento social e intersubjetivo estabelecidas pelo laço do trabalho estão em franco declínio. Já não se cumpre sua função de amálgama da sociedade. O fim do trabalho forja, assim, um novo corpo social dentro de uma estrutura antiga. A dinâmica do desenvolvimento contraditório e conflituoso da sociedade moderna pôs em causa a legitimidade dessa forma social, ao mesmo tempo foi incapaz de retirá-la do seu lugar de referência. Isso levou rapidamente a uma estranha condição, que, contudo, já era conhecida na vida periférica: sujeitos monetários sem moedas. Na periferia, por conta da específica formação socioeconômica, as pessoas carecem de dinheiro para se realizar efetivamente como sujeitos. O que passou a ocorrer a partir dos anos 1970 fora previsto por Marx: por um lado, o capital logrou se colocar como um fato social total e transformou todos em sujeitos monetários – a reprodução material da vida só é possível na medida em que está condicionada à mobilização do dinheiro. Por outro, porém, o capitalismo retirou as condições objetivas de sustentação de nossa existência monetizada. O movimento do capital elimina sistematicamente o trabalho vivo e destrói o amálgama social até então construído. Em seu lugar, passam a existir formas regressivas de “dessocialização catastrófica”, que já estavam em curso nos espaços periféricos.

Por um lado, o capital logrou se colocar como um fato social total e transformou todos em sujeitos monetários, por outro, o capitalismo retirou as condições objetivas de sustentação de nossa existência monetizada.

Potencialmente, todos os indivíduos se tornam desnecessários para a

dinâmica da produção, que se automatiza cada vez mais. A acumulação, sob a forma mais fetichista e exteriorizada do capital fictício, continua de maneira espetacular e fantasmagórica. Entretanto, nada disso abole o exercício do poder soberano do capital, que cria uma forma de submissão ilimitada às formas fetichistas desta sociedade, que, paradoxalmente, se realiza no momento em que essas formas estão em crise. Disso resulta a explosão de um sem-número de formas diferentes de dominação violenta e direta dos indivíduos, não um mero acidente deplorável, mas uma necessidade estrutural do capitalismo contemporâneo. Afinal, no mundo das mercadorias, se as relações entre as pessoas assumem a aparência de relação entre coisas, é porque as próprias pessoas foram transformadas em coisas diante das abstrações reais do capital. Há um descolamento entre as esferas da dominação social e da acumulação: uma vez que a acumulação acontece por vias que se tornam independentes e autônomas em relação ao trabalho, a dominação social se realiza pela condição periférica.

A condição periférica corresponde também a uma forma de subterfúgio para a sobrevivência do capital. A novidade desse *novo tempo do mundo* é que a decomposição das relações sociais que mantinham como critério de validade os elementos da modernidade (trabalho, democracia, participação política, entre outros) entrou em tempo de aceleração. Esse colapso já não pode ser detido, senão apenas *administrado*. No vigésimo parágrafo da *Fenomenologia do Espírito*, Hegel afirma que “só no fim é o que é na verdade”.⁴⁸ Se for o caso, somente depois de todo o desdobramento da forma do capital que se pôde entender o que é o capital. Ou seja, somente no momento de crise dessa forma historicamente determinada de mediação social que se pôde revelar sua forma mais acabada de dominação social.

A precariedade constitutiva da periferia, a preponderância da necropolítica e de várias formas de gestão da população em um cenário ruiforme se tornou a regra. Nesse horizonte colapsado sob o domínio total da forma-capital sobre a vida social, observa-se o achatamento na experiência da

realidade, corroída pela dissolução das formas sociais. A condição periférica, como expressão das contradições do capital, e sua expansão para todo o mundo, tem a ver com o próprio desenrolar contraditório do capitalismo, já que coloca em evidência a precariedade como o grau zero da sociedade da modernidade tardia. É dessa forma que se deve entender o aforismo 26 de Guy Debord: “A vitória do sistema econômico da separação é a proletarização do mundo”.⁴⁹ A proletarização mencionada por Debord, porém, não corresponde à “operarização” do mundo – não se trata de um movimento orientado para a constituição de *trabalhadores* (ou, pior ainda, de trabalhadores fabris, operários), mas exatamente do inverso, da conversão de trabalhadores em desempregados. Assim, devemos entender a categoria de “proletário” como uma maneira de designar essa forma dessubstancializada do *trabalhador sem trabalho*, a realização do devir do capitalismo.⁵⁰ Ele se torna um material indiferente, uma subjetividade sem substância.⁵¹

A precariedade constitutiva da periferia, a preponderância da necropolítica e de várias formas de gestão da população em um cenário ruiforme se tornou a regra.

Não se trata de dizer que o que se encontra nas periferias é apenas uma subjetividade sem substância. Há muito mais em curso: outras formas de relação social, de resistência. Contudo, esses elementos não ajudam a compreender o atual momento do capital, que, em sua crise, envolve tudo em sua espiral descendente. Por outro lado, a condição periférica – compreendida como a forma atual de produção social do espaço, de reprodução das relações sociais de produção, de organização da gestão da sociedade em momento de crise absoluta e de realização da dominação social – pode constituir um elemento explicativo capaz de contribuir para a compreensão da situação que atravessamos.

Thiago Canettieri é pesquisador residente de pós-doutorado no

departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais e professor do departamento de urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais.

↑ 1.	Essa compreensão aparece em Braudel, Mandel, Castells e, em alguma medida, em David Harvey.
↑ 2.	Paulo Arantes, A fratura brasileira do mundo, in: <i>Zero à Esquerda</i> (Conrard, 2004).
↑ 3.	Quem formulou as coisas dessa forma e de cuja ideia por ora me aproprio foi Luiz Philipe de Caux, em um debate onde pude apresentar essa formulação para crítica dos colegas do grupo <i>Crítica e Dialética</i> , da UFMG.
↑ 4.	Devo o desenvolvimento desta reflexão às inúmeras conversas com Gabriel Tupinambá.
↑ 5.	Para citar apenas alguns, o aumento alarmante da pobreza nos Estados Unidos, resultando na explosão dos sem-teto (Human Tragedy: homelessness jumps to record-breaking level. <i>The Guardian</i> , 31 mai. 2017.), o retorno das favelas da época vitoriana em Londres (The victorian slums are back. <i>The Guardian</i> , 16 jan. 2018.), ou o surgimento de acampamentos precários no coração de Paris (Ces 570 bidonvilles que la France ne veut pas voir. <i>Le Monde</i> , 19 out. 2017).
↑ 6.	Poder-se-ia sugerir que a trilha para esta reflexão foi aberta pelo geógrafo Mike Davis em seu já clássico <i>Planeta favela</i> (Boitempo, 2013). O livro indica que o entendimento do atual estágio do capitalismo está menos nas <i>metrópoles globais</i> dos arranha-céus e mais nos cenários de pobreza e precariedade. Todavia, seu texto, envolto num ritmo estonteante, não supera os dados factuais e mantém-se preso, na maior parte do tempo, a descrições. Embora julgando-os necessários, neste ensaio, interessa-me apresentar as <i>causas e as consequências desse processo</i> e elaborar um aparato categorial capaz de compreender essa realidade.
↑ 7.	Reinhart Koselleck, <i>Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos</i> (Contraponto, 2013).
↑ 8.	Por exemplo, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – Cepal – e seu principal representante, Raúl Pebrisch, advogavam a favor de uma interpretação etapista – com as medidas corretas, chegar-se-ia ao patamar dos centros. Foi mérito da crítica da dependência perceber a posição estrutural que os países periféricos ocupavam no mercado mundial, e, portanto, um relativo bloqueio desse curso.
↑ 9.	Paulo Arantes, <i>O novo tempo do mundo</i> (Boitempo, 2014).
↑ 10.	Hans Magnus Enzensberger, <i>Ziguezague: ensaios</i> (Imago, 2003).

↑ 11.	Gabriel Tupinambá, Um pensador na periferia da história (<i>Revista Porto Alegre</i> , 2020).
↑ 12.	Walter Benjamin, <i>Documento de cultura, documento de barbárie</i> (Edusp, 1986).
↑ 13.	Paulo Arantes, O novo tempo do mundo, p. 66.
↑ 14.	Gabriel Feltran, <i>Fronteiras de tensão</i> (Ed. Unesp, 2011).
↑ 15.	Nas palavras de Gabriel Feltran (<i>Fronteiras de Tensão</i> , p. 318-9): “A promessa da integração universal das periferias trabalhadoras perdeu fôlego pela fragmentação e incompletude das contrapartidas sociais do assalariamento, não conseguindo mais se legitimar frente ao exército de desempregados e informais que lotam as periferias da cidade”.
↑ 16.	Stephan Graham, <i>Cidades sitiadas</i> (Boitempo, 2016).
↑ 17.	Marielle Franco, <i>UPP: a redução da favela a três letras</i> (n-1, 2018).
↑ 18.	Marildo Menegat, <i>A crítica do capitalismo em tempos de catástrofe</i> (Consequência, 2019).
↑ 19.	Roberto Schwarz, <i>Seja como for</i> (Editora 34, 2019), p. 124.
↑ 20.	William Connolly, <i>The Evangelical-Capitalist resonance machine</i> (Political Theory, 2005).
↑ 21.	Jean Comaroff, Pentecostalism, populism and the new politics of affect, Pentecostalism and Development. In. Freeman (Org.). <i>Pentecostalism and Development</i> (Palgrave Macmillan, 2012), p. 42.
↑ 22.	Marildo Menegat, <i>A crítica do capitalismo em tempos de catástrofe</i> (Consequência, 2019).
↑ 23.	Deve-se notar que o próprio trabalho dos ONGueiros é uma espécie de simulação para a atual era de emergência: “a paulatina impregnação pelos usos e costumes da livre iniciativa começa pela inocente elaboração e execução de um ‘projeto’ em conformidade com as exigências de qualquer agência financiadora. Tais projetos lidam com fundos escassos sob severa vigilância, que por sua vez não toleram amadorismo, antes, exigem, pelo contrário, um cálculo profissional de custo/benefício na previsão do ‘retorno’ do investimento, o qual vem a ser enfim a transformação do apoio recebido em serviço”. Paulo Arantes, <i>Direita e esquerda no espelho das ONGs</i> , in: <i>Zero à Esquerda</i> (Conrad, 2004), p. 168.
↑ 24.	Paulo Arantes, <i>Direita e esquerda no espelho das ONGs</i> .
↑ 25.	Paulo Arantes, <i>Direita e esquerda no espelho das ONGs</i> , p. 169.
↑ 26.	Pierre Dardot & Christian Laval, <i>A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal</i> (Boitempo, 2016).

↑ 27.	Daniel Manzione Giavarotti, <i>Eles não usam macacão: crise do trabalho e reprodução do colapso da modernização a partir da periferia da metrópole de São Paulo</i> . Tese. Doutorado em Geografia. (USP, 2018).
↑ 28.	Francisco de Oliveira, <i>Crítica da Razão Dualista</i> (Cebrap, 1972).
↑ 29.	Robert Cabanes, Isabel Georges, Cibele Rizek, Vera Telles, <i>Saídas de Emergência: ganhar e perder a vida na periferia de São Paulo</i> (Boitempo, 2011).
↑ 30.	A expressão não é minha, mas de Roberto Justus, personagem-participante-apresentador-chefe do reality show “O Aprendiz”. Em um dos episódios, durante o anúncio de uma <i>eliminação</i> , ele disse: O Márcio [demitido da vez] foi acusado aqui e não reagiu. O Luiz [que se salvou] gagueja, falou errado, estava se debatendo para sobreviver, esse é um instinto que eu preciso ter num executivo. Cf. Silvia Viana, <i>Rituais de sofrimento</i> (Boitempo, 2013).
↑ 31.	Slavoj Žižek, <i>A coragem da desesperança</i> (Zahar, 2019).
↑ 32.	Herbert Böttcher, <i>Capacidade de ação – e em concreto</i> (Revista Exit!, 2018).
↑ 33.	Achille Mbembe, <i>Crítica da razão negra</i> (n-1, 2019). Mbembe foi minha inspiração para sugerir a ideia de um devir-periférico do mundo.
↑ 34.	Jean Comaroff & John Comaroff, <i>How Euro-America is evolving toward Africa</i> , p. 25.
↑ 35.	Ou o fato de que os sistemas jurídicos europeus e norte-americanos estão se tornando demonstravelmente mais como a jurisprudência africana, que normalmente trata a maioria das violações, até mesmo os homicídios, como delitos, e não como crimes contra o Estado (Jean Comaroff & John Comaroff, <i>How Euro-America is evolving toward Africa</i> , p. 121).
↑ 36.	Paulo Arantes, <i>L'autre sens: une théorie critique à la périphérie du capitalisme</i> . (<i>Revenue Variations</i> , n. 22, 2019).
↑ 37.	Guy Standing, <i>O precariado: a nova classe perigosa</i> (Autêntica, 2013).
↑ 38.	Emma Fraser, <i>Urban decay as an index of precarity: ruin ethnography in practice in Detroit</i> , em <i>Post-Industrial Precarity: new ethnographies of urban lives in uncertain times</i> (Vernon Press, 2020).
↑ 39.	Christophe Guilluy, <i>La France périphérique: comment on a sacrifié les classes populaires</i> (Flammarion, 2015).
↑ 40.	Oliver Nachtwey, <i>Germany's hidden crisis: social decline in the heart of Europe</i> (Verso books, 2018). Da noite para o dia, o autor passou a figurar entre os jornais de grande circulação da Alemanha, como o <i>Spiegel</i> , e em canais de televisão. Nachtwey era convidado para apresentar a tese de seu livro que chocou o país que se achava capaz de sustentar a Europa.

↑ 41.	Rem Koolhaas, <i>Lagos: How it works</i> , (Lars Müller Publishers, 2001).
↑ 42.	Ananya Roy, Cidades faveladas: repensando o urbanismo subalterno (<i>Revista e-metropolis</i> , n. 31, 2017), p. 10–11.
↑ 43.	Henri Lefebvre, <i>The production of space</i> (Blackwell, 1991).
↑ 44.	Robert Kurz, <i>Dinheiro sem valor</i> (Antígona, 2014).
↑ 45.	Karl Marx, <i>O capital</i> , Livro I, p. 127.
↑ 46.	Aaron Benanav, <i>Misery and Debt: On the Logic and History of Surplus Populations and Surplus Capital</i> (Endnotes, n. 2, 2010).
↑ 47.	Fredric Jameson, <i>Representing Capital: a reading of volume one</i> (Verso books, 2011). Isso está claro desde meados da década de 1970, como descrito por Robert Kurz (<i>A crise do valor de troca</i> , Consequência, 2018): “desde meados da década de 1970 há desemprego em massa que é independente do ciclo econômico, e tem subido incessantemente, mais ou menos independentemente do desenvolvimento cíclico – e a sua tendência visível é que vai continuar a subir”.
↑ 48.	Georg Hegel, <i>A fenomenologia do espírito</i> (Vozes, 2003), p. 36.
↑ 49.	Guy Debord, <i>A sociedade do espetáculo</i> (Contraponto, 1997).
↑ 50.	Stéphane Beaud e Michel Pialoux, ao avaliarem as transformações do mundo do trabalho na França, percebem que está em curso a imposição de uma “condição operária após a classe operária”. Uma forma sui generis de anacronismo, a identidade operária, cuspidada para fora das esferas produtivas, estava dessubstancializada. Conferir dos autores o seguinte texto: <i>Rebeliões urbanas e a desestruturação das classes populares</i> (França, 2005), (<i>Tempo Social, Revista de Sociologia da USP</i> , v. 18, n. 1) p. 37–59.
↑ 51.	A expressão é empregada por Slavoj Žižek em diferentes momentos, entretanto, percebi a real extensão dessa ideia em uma produtiva conversa com Douglas Rodrigues Barros.